

ESTUDO DE COMUNIDADE & HISTÓRIA ORAL

Francisco José ARAUJO*

... pesquisa exige, mais do que um emaranhado de enunciados de metodologia científica, sensibilidade, saber chegar, saber o momento de fazer uma pausa, respeitar os sujeitos, deixar a ansiedade de querer fazer todos os registros e completar todos os dados para 'economizar' idas a campo. (Vera L. S. Botta Ferrante)

RESUMO: A partir da nossa experiência com pesquisa de campo, buscamos apresentar, de forma sucinta, algumas reflexões acerca da pertinência e da importância da utilização da história oral como metodologia nos estudos de comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: comunidade negra rural; história oral; memória oral.

Introdução

O uso da memória oral nos estudos de comunidades tem sido freqüente. Muitos são os trabalhos sociológicos, antropológicos, históricos e de outras ciências afins que recorrem à investigação da memória buscando melhor compreender o processo formativo, a trajetória histórica, a identidade cultural, os mitos etc., de determinadas comunidades. Para tanto, utilizam-se do registro e da análise de

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP, sob orientação da Prof^a. Dra. Vera Lúcia S. Botta Ferrante. Bolsista PCIDT (CAPES/UFMA).

depoimentos. Esses enfoques e procedimentos têm-se vinculado a uma metodologia que já se consagrou chamar de **história oral** e é a partir dessa metodologia e da utilização da memória oral nos estudos de comunidades que construiremos nossas reflexões ao longo deste trabalho.

A história oral é aqui tomada como método em que se utiliza a palavra gravada de uma fonte oral por meio de entrevista. Dessa forma, entende-se como fonte oral as informações obtidas a partir da oralidade e o material que daí se origina, sendo, portanto, um contraponto à fonte escrita (ver Voldman, 1996).

Por sua vez, a memória oral é pensada, para fins deste trabalho, como a memória social (memória coletivizada, partilhada e abstraída) transmitida de forma oral. Essa forma particular de transmitir informações, utilizando a palavra, é a tradição oral que, no dizer de Cruikshank (1996), pode ser vista como um sistema coerente e aberto para construir e transmitir conhecimento.

Faz-se necessário, então, melhor explicitar o uso da **memória oral** no contexto da pesquisa sobre **comunidade negra rural**.

Comunidade negra rural

É pertinente ressaltar a que tipo de comunidade fazemos referência neste trabalho, isto é, sua historicidade, especificidade e o contexto no qual se insere.

Comunidades negras rurais têm sido definidas como povoados de populações negras que apresentam sociabilidades marcadas por práticas de cooperação e solidariedade entre seus membros, nos diversos aspectos da vida.¹ Sua identidade emerge, de forma processual, da descendência vinculada aos antigos escravos, à posse da terra e à forma de acesso a ela. Os habitantes dessas comunidades são, em sua grande maioria, pequenos produtores diretos, cuja principal atividade econômica, na maioria dos casos, é uma agricultura alimentar básica: arroz, feijão, milho e mandioca.² Essa atividade organiza-se a partir da pequena

¹ Isso não significa a inexistência de conflitos e tensões internas.

² Ver Araujo (1995, p.12).

produção familiar desenvolvida no interior de um sistema de uso comum³ que, rejeitando o parcelamento individual da terra, rege as normas de apropriação e utilização dos recursos naturais existentes, organizando a produção.

Há diversas comunidades desse tipo - cite-se, por exemplo, as descendentes de quilombos e as terras de preto -,⁴ em diferentes regiões do Brasil. Tais referências encontram-se em Almeida (1989), Assunção (1988), Baiocchi (1983), Bandeira (1988), Carril (1997), Corrêa (1977), Gusmão (1995), Soares (1981) e outros.

Memória e pertinência do uso da história oral

O que é memória?

Filiamo-nos à noção proposta por Rousso (1996) que, partindo da definição básica de que a memória é a presença do passado, acrescenta:

A memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, coletiva. (p.94)

E teria como atributos imediatos “garantir a continuidade do tempo e resistir à **alteridade**, ao ‘tempo que muda’, às rupturas que são o destino de toda vida humana” (Rousso, 1996, p.94). A memória, portanto, é dinâmica, social e participa da identidade individual e coletiva.

Buscaremos agora apontar a pertinência do uso da memória oral no estudo de comunidades negras rurais a partir da metodologia baseada na **história oral**.

Para nós, a justificativa primeira que afirma a pertinência de tal procedimento metodológico e de pesquisa consiste na continuada

³Sobre sistema de uso comum ver Almeida (1989).

⁴Forma como se autodenominam algumas comunidades negras rurais. Por exemplo, Santa Maria dos Pretos.

insistência, por parte da historiografia acadêmica e oficializada e de diversos estudos de ciências sociais, em omitir ou menosprezar uma parcela significativa, essencial e inseparável da realidade brasileira, como é o caso dos negros, principalmente os que constituem as populações das comunidades negras rurais.

Portanto, buscar compreender essas comunidades implica conhecer seu presente, como também seu percurso histórico. Este último, como já salientamos, comumente **não presente** na maioria dos documentos escritos, precisa ser buscado e investigado a partir de outras fontes. A memória oral tem-se firmado como uma **contraposição** a essa situação de **não presente**, sendo uma importante fonte de informação. Por outro lado, o fato de a memória oral ser parte inseparável desse contexto - isto é, uma dimensão que compõe essa própria realidade social, que são essas comunidades - deve ser investigado tanto quanto a sociabilidade, o parentesco, a divisão social do trabalho etc. O que também justificaria a utilização da história oral como metodologia e da memória oral como um elemento importante na compreensão da realidade social. “A História Oral não mais trata de fatos que transcendem a interferência da subjetividade; a História Oral trata da subjetividade, memória e diálogo” (Portelli, 1997b, p.26).

Para se investigar a memória oral nesses casos é fundamental o uso dos relatos orais, pois eles possibilitam o registro e a análise da memória oral do grupo. A oralidade (tradição oral) é um elemento bastante significativo no interior dessas comunidades, o que a torna importante para o trabalho de pesquisa.

a narrativa oral tem sido analisada tanto como evidência sobre o passado quanto como evidência sobre a construção social do presente. (Cruikshank, 1996, p. 155)

Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. (Portelli, 1997a, p.31)

a tradição oral é um fenômeno que subsiste nos mais distintos contextos econômico-sociais e culturais, apesar do impacto da civilização do livro e dos meios de comunicação de massa que parecem querer relegá-la para o espaço de uma transmissão ‘arcáica’ e ‘primitiva’. (Assunção, 1988, p.34)

Indivíduo, coletividade e memória

A percepção referente à memória difere tanto no nível do indivíduo como no nível do grupo, o que para Rousso constitui-se num obstáculo teórico à *idéia de memória coletiva*. Segundo ele, os historiadores têm admitido, para superar tal obstáculo, que

as representações do passado observadas em determinada época e em determinado lugar — contanto que apresentem um caráter recorrente e repetitivo, que digam respeito a um grupo significativo e que tenham aceitação nesse grupo e para fora dele — constituem a manifestação mais clara de uma ‘memória coletiva’. (1996, p.95)

Caberia também pensar em memória coletivizada. Isto é, conteúdo de narrativas que, mesmo sendo proferidas por uma pessoa, individualmente, referem-se aos acontecimentos e feitos do grupo como um todo, não de fatos tidos como “seus”, do indivíduo autônomo.

Segundo Portelli (1996), a memória, como toda atividade, é social e, portanto, passível de ser compartilhada. Dessa forma, cada indivíduo pode, de alguma maneira, colaborar com a história social. Mas a memória só se torna coletiva quando é separada do individual. Isso ocorre quando ela é abstraída através do mito e do folclore (uma história para muitas pessoas), da delegação (uma pessoa para muitas histórias), das instituições (sujeitos abstratos – escola, igreja etc.). Mas é sempre o indivíduo que lhe dá existência, através de suas lembranças e pronunciamentos.

O material sonorizado

Intencionalmente, queremos fazer algumas considerações sobre a natureza e as limitações do material sonorizado, isto é, as gravações dos depoimentos, antes de falarmos sobre a entrevista. Isso porque consideramos pertinente chamar a atenção para a fidedignidade desse tipo de registro. Compreendemos que a fidedignidade do que é registrado pelo gravador deve ser pensado estritamente quanto ao fenômeno sonoro. Com isso queremos dizer que nem tudo que foi dito foi registrado pelo gravador, pois muitas coisas são ditas não exatamente pela fala, mas através de gestos e expressões corporais. Portanto, devemos adotar uma postura crítica/reflexiva diante dessa técnica e sua natureza, desmistificando o caráter positivo e realista da gravação, tomando, por exemplo, as críticas feitas por R. Barthes e Arlindo Machado sobre a fotografia.⁵

Conforme nos informa Campos (1992), em Barthes, a fotografia teria como especificidade, uma ambigüidade: ter a força da constatação e ao mesmo tempo não ser uma cópia fiel do real. Além disso, implicaria num conjunto de significados ocultos que se expressam no próprio modo de fazer a fotografia (pose, objetos, perspectiva etc.). Na compreensão de Machado (Machado apud Campos, 1992), a fotografia não é expressão passiva do real e sim um sistema de representações que revela uma forma ideológica de ver o mundo, na qual não cabe o julgamento de certo ou errado, verdadeiro ou falso. Trata-se apenas de mais uma forma de ver o mundo.

Portanto, é pertinente dizer que as gravações feitas a partir dos objetivos que norteiam a pesquisa em si já constituem uma elaboração de apreensão da realidade, além de não ser uma cópia fiel do real no tocante ao dizer, isto é, à totalidade do que foi dito. Enfim, as gravações têm uma certa exatidão no que se refere ao registro do som (do falado), porém, vinculada a uma forma de ouvir o mundo.⁶

⁵ Apesar das naturezas diferenciadas, o som e a imagem têm aspectos semelhantes quanto à forma de registro.

⁶ Implica tanto os interesses da pesquisa quanto a própria situação social, cultural e ideológica do pesquisador.

Entrevista e interação social

Atualmente, a forma de registro desses depoimentos tem-se dado quase que exclusivamente com uso do gravador,⁷ com ou sem roteiros prévios, com ou sem intervenções constantes e diretas durante as entrevistas. A entrevista, portanto, é algo constante nesse trabalho. No entanto, essa tarefa, ao ser realizada por um sociólogo, antropólogo, historiador, etc. difere do trabalho jornalístico, não só por partir de teorias, técnicas e metodologias diferentes, mas também por ter o compromisso de ser, *a priori*, um ato científico em prol da produção do conhecimento. Faz-se necessário evitar adotar modelos e padrões de entrevistas elaboradas, principalmente, em programas de entrevista apresentado pela televisão. O pesquisador não deve adotar uma caricatura jornalística, mas saber adotar os procedimentos mais adequados às exigências do meio onde está realizando seu trabalho. “Paralelamente ao seu autoconhecimento o investigador deve ter um mínimo de informações sobre as regras de funcionamento do universo no qual pretende penetrar” (Brioschi & Trigo, 1992, p. 33).

Os locais e as formas como as entrevistas se efetivarão depende do tipo de informações que se quer obter, das circunstâncias em que elas podem ser obtidas, das disponibilidades dos informantes e, acima de tudo, sob que condições eles pretendem falar. “Em suma, não existe recomendação particular quanto ao lugar, mas este condiciona o depoimento colhido. É preciso ter consciência disso e levá-lo em conta na análise” (Tourtier-Bonazzi, 1996, p.239).

No estudo de comunidade, algumas informações necessitam ser registradas dentro de certas situações sociais concretas (há discursos que afloram só em determinadas circunstâncias), não sendo possível registrá-las isoladamente, como, por exemplo, numa sala com o gravador em cima de algum móvel ou utensílio doméstico. Às vezes, é preciso estar onde a fala se faz socialmente e isso pode ser no meio de um salão, no centro de um pátio ou às margens de um igarapé.

Por outro lado, o informante não é um ser passível, que não

⁷ Sobre o uso do gravador, ver Queiroz (1983).

responde e não age diante das situações que o atingem. Os registros nunca serão um produto da vontade do pesquisador, mas um produto da sua interação com os sujeitos envolvidos. Logo, tais registros não escapam das nuances da subjetividade e da interação social (Demartini, 1992). “Porém, conhecer tal subjetividade não significa abandonar todas as regras e rejeitar uma abordagem científica, isto é, a confrontação das fontes, o trabalho crítico, a adoção de uma perspectiva” (Joutard, 1996, p.57).

Pesquisado e pesquisador são sujeitos e ambos irão buscar pontuar e fazer valer suas posições,⁸ visões, interesses e desinteresses, sendo que ambos estabelecem para si uma escala de prioridades. Desenvolve-se assim uma dinâmica na qual ocorrerão avanços e recuos, trocas, negações etc.

A interação face-a-face criada pela situação de entrevista é sempre marcada por algum tipo de assimetria social. O momento do encontro envolve dois atores com expectativas e objetivos diferentes (pesquisador e pesquisado). Além disso, cada um deles traz consigo toda uma bagagem histórica, na qual suas origens sociais, trajetórias de vida, inserção na sociedade etc. desempenham um papel específico. (Brioschi & Trigo, 1992, p.33)

Nesse tipo de investigação científica, é preciso entender muito o outro, respeitá-lo, conquistar e merecer sua confiança. Ética e sensibilidade, mais do nunca, necessitam estar juntas e presentes nas situações de pesquisa.

Informação e versão

Além do que foi posto sobre a interação, a subjetividade também se faz presente nos depoimentos, pois todos eles são versões, interpretações de algo ou de alguma coisa, o que torna o material coletado (as informações) um produto composto de marcas sociais do contexto e

⁸. Sobre esta questão, ver Queiroz (1988).

da época sobre a qual foi produzido. Tal característica não deve ser vista como um fator de imprecisão e precariedade nem do método nem da técnica utilizada, mas de uma especificidade. Daí a necessidade de se ter cuidado com as informações registradas, pois elas não devem, de forma direta, ser colocadas como verdade objetiva, mas como elemento de veracidade. A verdade, mas a verdade representada a partir da posição de quem a diz (fundamental para o grupo falar de si para si mesmo e para os outros) e do contexto sócio-histórico em que é elaborada.

Levar a sério os relatos orais não significa considerar que eles falam por si mesmos de uma forma simples ou que seus significados são auto-evidentes. Uma das observações mais incisivas da antropologia contemporânea é que o significado não é fixo: ele precisa ser estudado na prática. (Cruikshank, 1996, p.155)

Por outro lado, a marca que cada produto registrado traz do pesquisador e do informante (suas subjetividades) é a marca igualmente encontrada em tudo o que é fruto da elaboração humana. Os procedimentos para manter a credibilidade do que se está elaborando, por conta da presença e das interferências da subjetividade, requer em olhar de um outro ponto de vista os dados obtidos e tratá-los sem medo, mas também sem descuido. Nessas situações, a subjetividade é “amiga e inimiga” (Morin, 1998, p.31). “Pode-se mesmo dizer, sem paradoxo, que o fato de reconhecer sua subjetividade é a primeira manifestação de espírito crítico” (Joutard, 1996, p.57).

Neste tipo de trabalho, o parâmetro é a objetivação, isto é, a vivência tomada como um objeto passível de ser analisado pela ótica sociológica, buscando compreender como determinadas relações objetivas se efetivam através de determinadas representações.⁹

Assim, os esforços não devem ser mobilizados no sentido de anular as ‘interferências’ da subjetividade, mas sim de conhecê-las e transformá-las em

⁹ Sobre objetivação, ver Pinto (1998)

instrumentos de conhecimento. (Brioschi & Trigo, 1992, p. 31)

A veracidade dos dados perde o seu estatuto de condição primeira para a construção do conhecimento, cedendo lugar ao desvendamento do contexto da sua produção. O exame dos fatos em si é substituído pela busca da sua significação, no processo de pesquisa do social. (Brioschi & Trigo, 1992, p. 32)

Informantes categorizados

Tratando-se de uma pesquisa, é fundamental que o conteúdo das informações esteja em consonância com as questões e os objetivos do trabalho. Caberá então sondar, no interior do próprio grupo, quem tem os relatos mais pertinentes.

É comum o próprio grupo indicar algumas pessoas como sendo as que sabem “direitinho” o que aconteceu ou o que é. Essas são as pessoas categorizadas. Isto é, pessoas internamente reconhecidas como detentoras de determinadas informações e habilitadas para transmiti-las.

É bom lembrar que as demais pessoas que as indicaram também conhecem tais informações, mas conferiram aos outros tal *status*. Os motivos que levam as pessoas a essa posição são muito variados. Por exemplo, em alguns casos, observamos que se tratava da idade, em outros, da desenvoltura em se expressar. Identificados os informantes, é de fundamental importância buscar estabelecer uma relação amigável e de confiança mútua.

Casos únicos

Apesar do que já expusemos acerca de memória oral, consideramos pertinente frisar que o uso de tal metodologia também tem o mérito de salvar informações, já que, às vezes, a tradição oral perde intensidade e importância no interior do grupo para as gerações futuras, já que, em determinados casos, uma forma de narrativa sobre a história comunitária se encontra restrita a poucas ou a uma só pessoa,

em geral com idade avançada. Às vezes, trata-se de uma testemunha, pessoa que presenciou diretamente certos acontecimentos.

A morte de determinados informantes significa, em muitos casos, não só o fim da existência de uma forma de narrativa, mas também de um tipo de conteúdo, o que não significa dizer que o grupo não terá mais memória e/ou uma outra forma de expressar e/ou narrar sua história. Casos assim são bastante indicativos do declínio de uma tradição oral no interior do grupo.

Repetições

É comum, durante as entrevistas, nos defrontarmos com algumas situações em que se repetem elementos que sucessivamente são recolocados no decurso do depoimento. Tal ocorrência, longe de ser um obstáculo às informações que se quer obter, é um elemento importante para a sua compreensão, pois, entre outras coisas, demonstra uma hierarquia de valor entre os fatos, além de indicar onde se situam os principais elementos de referência para o grupo.

É necessário ter cuidado com as repetições para não as tomar, de imediato, como **ponto de saturação**,¹⁰ pois muitas são feitas para enfatizar e dar relevo aos fatos que são considerados de maior importância, além de poder ser uma característica da própria forma de narrar. Um exemplo é quando a repetição assinala o elo entre um fato e os demais, considerados de maior importância.

Diversidade de informações

A memória social de um grupo, longe de manifestar uma homogeneidade de opiniões, contém variações (ver Cruikshank, 1996, p.162), mas isso não torna essas opiniões negadoras uma das outras nem demonstra uma situação explícita de competitividade ou incompatibilidade.

Os relatos, em estudos como estes, não são excludentes e competitivos — eles podem ser

¹⁰ Sobre este tema, ver Demartini (1992, p.50).

complementares, uns esclarecedores dos outros, uns questionadores dos outros. Não se busca a uniformidade, a padronização dos relatos, mas a riqueza que cada entrevistado tem a contar — riqueza que não se traduz na extensão das falas, mas às vezes na citação de um fato desconhecido, na descrição de um fato corriqueiro etc.. (Demartini, 1992, p.47)

Mais uma vez, percebe-se como os depoimentos referentes à memória oral, mesmo quando fazem brotar dificuldades à pesquisa, são fecundos e viabilizadores de outras formas de análise e entendimento. No entanto, não se deve perder de vista que o uso da memória oral é apenas uma possibilidade metodológica que não deve evitar a complementaridade de outras, quando se fizerem necessárias. Em casos como o das comunidades negras rurais, a pesquisa em arquivos públicos tem sido bastante frutífera, tendo em vista que ainda é possível encontrar documentos escritos que possibilitam a comprovação da permanência do grupo em determinada região desde tempos remotos, que atestam a doação das terras etc.

Fazendo do dito o escrito

Além do que acabamos de expor, o uso do gravador tem outro aspecto fundamental, que é a transcrição das fitas, isto é, o desdobramento do material sonorizado em material escrito.

Não pretendemos elaborar um guia de procedimento, algo do tipo “como se deve proceder para transcrever e organizar o material transcrito”, apesar de ser algo que possa parecer importante. Buscaremos focar o desdobramento do material sonorizado em escrito, as implicações desse processo e a dialética que se estabelece entre eles.

Como dissemos anteriormente, a linguagem não se limita à fala, tampouco à escrita, mas existe em outras formas. Daí que tanto o registro sonoro dos depoimentos e a sua transcrição contém algum tipo de falha,¹¹ já que muitas palavras não são ditas ou não são enfatizadas sonoramente

¹¹. Não confundir com as omissões.

por força dos gestos que vão se efetivando em linguagem durante a entrevista. “Ao falar, tendemos a reagir a cada situação, seguindo o tom e o gesto até de nosso próprio ato de falar ... A palavra falada envolve todos os sentidos intensamente”(McLuhan, 1971, p.97).

Às vezes, o pensamento, que no momento da entrevista apresenta-se completo, posteriormente (no registro sonoro e, principalmente, no material transcrito) mostra-se com falhas (de sentido, conexão etc.) e/ou limitado. Isso porque o gravador não pode registrar além de sons e a transcrição é uma interpretação condicionada às possibilidades do alfabeto.

toda transcrição, mesmo bem feita, é uma interpretação, uma recriação, pois nenhum sistema de escrita é capaz de reproduzir o discurso com absoluta fidelidade; de certa maneira, é um tração à palavra. (Tourtier-Bonazzi, 1996, p.239)

Cada gesto, cada olhar é muito importante ser percebido e memorizado dentro do contexto e devidamente anotado, assim como tudo que possa ter alguma importância para a pesquisa e que não pode ser registrado pelo gravador. Daí a importância da presença do pesquisador na entrevista e na transcrição do material sonorizado.

Atualmente já estão disponíveis softwares destinados à transcrição de fitas, o que amplia ainda mais a utilização do computador na produção de trabalhos acadêmicos e abre novas possibilidades de procedimento técnico-metodológico com o material coletado. Há, portanto, novas situações a serem refletidas acerca das técnicas e do método nesse campo de pesquisa.

Transcrição do preconceito: o hiato entre o dito e o transcrito

Alguns trabalhos, quando apresentam o dizer do outro, o fazem cuidando de comprometer a ortografia para ser fiel ao que foi dito. Em outras palavras, a variação lingüística, em muitos trabalhos acadêmicos que se utilizam da memória social e recorrem à técnica do gravador, é

transcrita e interpretada com erro ortográfico, a fim de garantir a “originalidade” fonética.

O que aparentemente parece ser rigor metodológico, na verdade, traz carga significativa de preconceito que se desdobra em discriminação social, étnica e cultural no ato da escrita. Por isso, o outro é sempre posto com um discurso repleto de erros, principalmente se ele for “do interior”, pobre e/ou de uma região e de um grupo diferenciado do pesquisador.

No livro *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*, Marcos Bagno (1999) mostra as diversas formas sobre como esse tipo de preconceito é freqüente em nossa sociedade, como ele se articula e suas implicações culturais, sociais e econômicas. Ele chama a atenção para a confusão existente entre **língua** e **gramática normativa** que, ancorada na ideologia geradora do preconceito lingüístico, opera como um mecanismo de exclusão social, criando os sem-língua.

Se dizer Cráudia, praca, pranta é considerado ‘errado’, e, por outro lado, dizer frouxo, escravo, branco, praga é considerado ‘certo’, isso se deve simplesmente a uma questão que não é lingüística, mas social e política - as pessoas que dizem Cráudia, praca, pranta, pertencem a uma classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite, e por isso a língua que elas falam sofre o mesmo preconceito que pesa sobre elas mesmas, ou seja, sua língua é considerada ‘feia’, ‘pobre’, ‘carente’, quando na verdade é apenas diferente da língua ensinada na escola.

Ora, do ponto de vista exclusivamente lingüístico, o fenômeno que existe no português não-padrão é o mesmo que aconteceu na história do português-padrão, e tem até um nome técnico: rotacismo ...

Assim, o problema não está naquilo que se fala, mas em quem fala o quê. Nesse caso, o preconceito lingüístico é decorrência de um preconceito social.

Sobre a questão da transcrição da fala dos entrevistados e a caricaturização da mesma por alguns pesquisadores, Dulce Whitaker nos oferece a seguinte reflexão:

Quando o entrevistado pertence às classes privilegiadas, o problema não se coloca. Como num passe de mágica, a transcrição se transubstancia em discurso coerente, sempre reproduzido em ortografia correta, como se os falantes jamais cometessem hesitações ou deslizes fonéticos. Quando o entrevistado pertence a camadas outras, sob pretexto de ‘respeitar-lhe a cultura’, comete-se barbaridades do ponto de vista ortográfico, confundindo-se ortografia com fonética.

É evidente que a sintaxe de qualquer discurso deve ser respeitada para que uma transcrição seja fidedigna ...

Os problemas com os quais este texto se preocupa ocorrem no nível fonético, quando, em sua onipotência, os transcritores julgam possível reproduzir uma pronúncia original, usando erros ortográficos. Quando um sujeito fala, ele está falando, não está escrevendo. Não está, assim, cometendo erros ortográficos. Diríamos até que não está cometendo erro algum. (Whitaker, 1995, p. 65-6)

Análise e trabalho de campo

É importante que, durante o trabalho de campo, a análise esteja de alguma forma presente, auxiliando, enriquecendo e reelaborando o próprio trabalho de campo, conforme nos informa Demartini:

era fundamental que a todo momento, durante esta etapa, estivéssemos nos indagando sobre o que ouvíamos, e confrontando com as reflexões anteriores

das quais havíamos partido. (1992, p.51)

No entanto, esse procedimento não pode abolir as análises posteriores, mas sim abrir caminho para que elas se efetivem com maior êxito. Pois são as análises posteriores, decorrentes da apreciação e reflexões sobre o conjunto das informações, que podem oferecer maior aprofundamento e compreensão do que está sendo estudado.

Só a análise minuciosa dos relatos, depois de transcritos, nos permite conhecer os detalhes e questões aventadas em cada entrevista, assim como estabelecer comparações mais aprofundadas entre as entrevistas, procurando ver os pontos de concordância e de discordância entre elas, sobre os mais variados aspectos; descobrir aspectos novos que apenas com a comparação conseguimos perceber, pois muitas vezes os elementos necessários ao entendimento de determinadas situações surgem não só da análise do que foi dito no conjunto dos relatos, mas também do que não foi dito. (Demartini, 1992, p.52)

Considerações finais

Os trabalhos que se processam a partir da metodologia aqui indicada têm contribuído para que a história desses grupos passe a existir no contexto da literatura acadêmica, suprimindo e denunciando a ausência e/ou o papel secundário e inferiorizado que lhes foi atribuído na historiografia oficializada (como já frisamos anteriormente) e fornecendo elementos para um entendimento mais geral dos processos de formação da nossa sociedade, como também do seu caráter pluriétnico.

Se descartamos ou omitimos as contribuições históricas das sociedades de pequena escala, arriscamos a perder evidências da diversidade humana e de soluções alternativas para problemas humanos complexos. (Cruikshank, 1996, p.164)

As pesquisas com memória oral também constituem uma

possibilidade de servir como um instrumento a favor dessas populações quanto à defesa de seus direitos, como a posse da terra.

As tradições orais estão mapeadas na paisagem ... Os acontecimentos estão vinculados a lugares e as pessoas usam localizações no espaço para falar de eventos ocorridos ao longo do tempo. (Cruikshank, 1996, p.157)

Mas mesmo quando os detalhes dos relatos individuais e familiares variam, todos indicam a importância da terra e da família como pontos de apoio da memória. Isso é particularmente importante, tendo em vista as constantes pressões que o capitalismo industrial e a administração burocrática exercem tanto sobre a terra quanto sobre as antigas instituições associadas com o parentesco. A genealogia e o lugar tornam-se pontos focais pelos quais a memória pode resistir à burocracia impessoal. (Cruikshank, 1996, p.162-3)

Isso é importante para demonstrar os vínculos dessas organizações sociais com a terra e a legitimidade da posse que, em muitos casos, tem servido de instrumento para acionar o cumprimento do que está previsto no artigo constitucional n.º 68, que garante a posse definitiva das terras às comunidades remanescentes de quilombo.

“Monólogo ao pé do ouvido”¹²

O trabalho de campo é a “constante tomada da Bastilha”, política, ética, técnica e metodologicamente falando. É exercício continuado de se defrontar com trajetórias diferenciadas - procurando fazer ciência, a nossa própria trajetória é alterada - de “saber chegar” e “chegar no seu melhor momento”, ter “sensibilidade” e “faro intuitivo”.

Quando isso envolve relatos orais e memória, crescem o desafio e

¹². Frase de autoria do compositor Chico Science.

as preocupações em torno do rigor científico, devido à subjetividade. Mas o desafio passa também a ser estímulo: o de transformar em conhecimento o que é parte de toda a existência (a subjetividade), nossa e dos outros.

ao tratarmos um problema sociológico, não tratamos só um problema de objectos, tratamos um problema de “sujeitos”, somos sujeitos que lidamos com outros sujeitos. Assim, a subjetividade é, ao mesmo tempo, inimiga e amiga. Tanto temos de distanciar-nos do fenómeno estudado como de distanciar-nos de nós próprios, como de estar apaixonados por essa investigação. Os valores e as finalidades não podem ser excluídos desta investigação; devem, pois, tornar-se conscientes. (Morin, 1998, p.31)

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, A. W. B. Terras de preto, terras de santo e terras de índio: uso comum e conflito. *Cadernos do NAEA*, UFPA - NAEA (Belém), n. 10, 1989.
- ARAÚJO, F. J. *Povoado de negros em Itapecuru-Mirim*: Moreira. São Luís, 1995 (mimeogr.).
- ASSUNÇÃO, M. R. *A guerra dos bem-te-vis: a Balaiada na memória oral*. São Luís: SIOGE, 1988.
- BAGNO, M. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BAIOCCHI, M. de N. *Negros de Cedro: estudo antropológico de um bairro rural em Goiás*. São Paulo: Ática, 1983.
- BANDEIRA, M. de L. *Território negro em espaço branco*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BRIOSCHI, L. , TRIGO, M. H. B. *Interação e comunicação no processo*

- de pesquisa. In: LANG, A. B. S. G. (Org.) *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. São Paulo: CERU, 1992.
- CAMPOS, M. C. S. S. A associação da fotografia aos relatos orais na reconstrução histórico-sociológica da memória familiar. In: LANG, A. B. S. G. (Org.) *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. São Paulo: CERU, 1992.
- CARRIL, L. *Terras de negros: herança de quilombos*. São Paulo: Scipione, 1997.
- CORRÊA, N. F. As ilhas étnicas da zona rural do Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 ago. 1977.
- CRUIKSHANK, J. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: AMADO, J. , FERREIRA, M. M. (Coord.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fund. Getúlio Vargas, 1996.
- DEMARTINI, Z. B. F. Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. In: LANG, A. B. S. G. (Org.) *Reflexões sobre a pesquisa sociológica*. São Paulo: CERU, 1992.
- GUSMÃO, N. M. M. de. *Terra de pretos; terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro*. Brasília: MINC/Fundação Cultural Palmares, 1995.
- JOUTARD, P. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, J. , FERREIRA, M. M. (Coord.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fund. Getúlio Vargas, 1996.
- MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1971.
- MORIN, E. *Sociologia: a sociologia do micros social ao macroplanetário*. Portugal: Publicações Europa – América, 1998. (Biblioteca Universitária, 39).
- PINTO, L. A experiência vivida e a exigência científica da objetividade.

In.: MERLLIÉ, D. et al. *Iniciação à prática sociológica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, J., FERREIRA, M. M. (Coord.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fund. Getúlio Vargas, 1996.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, PUC (São Paulo), n.14, fevereiro, 1997 a.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. *Projeto História*, PUC (São Paulo), n.15, abril, 1997b.

QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes von. (Coord.) *Experimentos com histórias de vida*: Itália – Brasil. São Paulo: Vértice, 1988.

QUEIROZ, M. I. P. de. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: *Cadernos CERU*, 2. ed., 1983. (Coleção Textos, 4).

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J., FERREIRA, M. M. (Coord.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fund. Getúlio Vargas, 1996.

SOARES, L. E. *Campesinato*: ideologia e política. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOUTIER-BONAZZI, C. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, J., FERREIRA, M. M. (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fund. Getúlio Vargas, 1996.

VOLDMAN, D. A invenção do depoimento oral. In: AMADO, J., FERREIRA, M. M. (Coord.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fund. Getúlio Vargas, 1996.

WHITAKER, D. C. A. A transcrição da fala do homem do campo: fidelidade ou caricatura. In: FERRANTE, V. L. S. B. (Org.). *Cadernos de Campo*, UNESP (Araraquara), ano 2, n.3, 1995.